



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª
(TRIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 05 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 33ª Sessão Ordinária;
- Ata da 34ª Sessão Ordinária;
- Ata da 9ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos: servidores, todos que aqui se encontram.

Sr. Presidente, hoje, passamos um bom tempo discutindo a possibilidade de votarmos o projeto do governo que trata do empréstimo – já não mais do BNDES, como V.Exa. bem lembrou; agora, será com a Caixa Econômica. Confesso que ainda estamos rodeados de dúvidas; talvez, arrisco dizer, mais dúvidas do que na sessão passada. Podemos aqui nos atermos apenas às questões técnicas, mas podemos também, Deputado Chico Vigilante, irmos até outras questões. É claro, sabemos da importância de o governo, neste momento, adquirir o empréstimo para uma questão importante, que é a do Metrô, mas não podemos nos esquecer de que, já que o governo está contraindo dívidas....

Se ouvíssemos hoje a população, eu não tenho dúvidas de que, talvez, o Metrô nem fosse lembrado. Talvez as pessoas se lembrassem, primeiro, dos hospitais públicos, onde as pessoas estão morrendo nas filas, onde não se tem UTI, onde o médico está brincando de ser Deus, escolhendo quem vai morrer ou quem vai continuar vivo. Nem com decisão judicial se consegue uma UTI hoje. Nem com decisão judicial, com certeza! Vários Deputados aqui já devem ter sido procurados por alguém pedindo, pelo amor de Deus, para conseguir uma UTI. O que está sendo feito efetivamente para resolver isso? Estão adquirindo empréstimo? Chegou um empréstimo de 5 bilhões para autorização desta Casa. Podem ter certeza absoluta de que, independentemente de ser Oposição ou base de governo, se for para tratar do caos da saúde, todos nós vamos apoiar. Todos nós. Eu quero ser o primeiro a chamar os Deputados da base da nossa bancada para orientar que votem por esse empréstimo.

Sobre a educação, Deputado Prof. Israel, ainda há escola que até agora, desde o ano passado, ficou parada para reforma e não tem nem cadeira para os alunos sentarem. O que efetivamente está sendo feito?

Volto a dizer que não sou contrário ao investimento para o metrô. Nosso transporte é um caos desde o passado, e continua a mesma coisa. Nada se fez. Muito discurso, pouca prática, muita reclamação, pouca efetivação de governo. Se é um governo que está endividado – o Chefe da Casa Civil está o tempo todo dizendo que apesar de tudo o que fizemos, vamos continuar endividados, não vamos sair do limite prudencial –, será que é prudente fazermos novos empréstimos? Por que a gente não prioriza os fornecedores?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, nós respeitamos a posição de V.Exa., que tem sido pela Liderança do PMDB um brilhante Deputado, inclusive questionando todos os projetos encaminhados pelo Poder Executivo. Eu fui o relator da Lei nº 5.002, de 2012, que gestou esse processo de financiamento para o término das estações das 102, 104 e 110 Sul, e a expansão do metrô para a Asa Norte. Esse projeto encaminhado agora pelo Governador Rodrigo Rollemberg é um complemento, toda a estruturação desse empréstimo foi feita ainda na gestão anterior. Nós sabemos que esses financiamentos são coisas demoradas e burocráticas.

O governo encaminhou o projeto, mas como ele tinha algumas impropriedades ou imperfeições, nós fizemos o substitutivo. Adiamos a questão, para alguns esclarecimentos, da semana passada para essa votação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Hoje, durante a reunião da CEOF, o diretor do metrô esteve presente e prestou todos os esclarecimentos às dúvidas que surgiram. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças aprovou. Nós sabemos que, nesse financiamento, a opção agora é pela Caixa Econômica Federal porque na contrapartida o BNDES exige 30% e a Caixa Econômica Federal só exige 10%. Ficou em quatrocentos e poucos milhões.

Eu acho a política de transporte fundamental. Se pudéssemos, a exemplo da Universidade, de onde nós tiramos o valor de 30 milhões e transferimos para a construção do bloco 2 do Hospital da Criança, com 202 leitos a mais e 5 salas de cirurgia, mas é o condicionamento mesmo, porque já existe uma lei do governo anterior e não dá para tirar o dinheiro do transporte e colocá-lo em outra política pública.

Eu faço esse apelo para votação porque são muitos pedidos de financiamentos de todo o Brasil em cima dessa verba que a Caixa Econômica Federal tem para financiar a melhoria no transporte público. Se nós demormos muito, provavelmente poderemos perder. Eu respeito todo o posicionamento, mas faço um apelo em decorrência da importância que tem esse financiamento.

Quero ressaltar que o mérito de todo esse trabalho foi gestado no governo Agnelo através da Lei nº 5.002. O Governador Rodrigo Rollemberg está apenas cumprindo os trâmites burocráticos. Sabemos que agora tanto legislação como tecnologia, de seis em seis meses, têm que ser atualizados. Nós estamos apenas cumprindo uma formalidade, o governo atual, de algo que foi uma iniciativa louvável e competente do governo anterior.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer como relator dessa matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, quero deixar bem claro que não vim aqui para pedir que os Deputados não votem; pelo contrário, não é essa a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

intenção. Nossa intenção aqui é apenas alertar esta Casa. Volto a dizer que ela tem papel fundamental na fiscalização de todos os projetos que chegam aqui, principalmente quando envolvem algo em torno de 1 bilhão de reais. É para isso que nós estamos chamando atenção.

V.Exa. disse muito bem que de uma forma brilhante esta Casa, através da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, aperfeiçoou o projeto. Aliás, essa tem sido uma prática com os projetos que chegam a esta Casa, ainda bem. Isso nos dá orgulho. Esta Casa tem aperfeiçoado praticamente todos os projetos do Executivo. A intenção, Deputado Agaciel Maia, não é em nenhum momento que os Deputados do meu bloco, do meu grupo político inclusive, deixem de votar. Vou ficar aqui para votar e dizer “sim”, porque eu sei da importância.

Então, com relação a isso, eu acho que os Deputados da Base não precisam se preocupar. Porém, chamo atenção aqui para a forma como as coisas estão acontecendo. Há pouco, por exemplo, nós recebemos uma informação de alguém do governo de que 30 milhões estavam sendo remanejados, e havia sido combinado entre os secretários que daqui 30, 60 dias o dinheiro seria devolvido. Você pode fazer isso com o seu dinheiro, Deputado Julio Cesar. Eu posso fazer isso com o dinheiro que está na minha conta. O dinheiro público, nós não podemos negligenciar. Negligencie o seu dinheiro; o dinheiro do povo, jamais.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, na comissão eu me reporte à solicitação de informação que considero não apenas oportuna, mas também necessária, a despeito de ela não fazer parte da composição dos documentos que o Governo do Distrito Federal tem que enviar para instrução desse processo. Mas ela é necessária porque no governo do Agnelo foi votada a lei já mencionada pelo Deputado Agaciel Maia, a Lei nº 5.002, de 2012. Essa proposição, na realidade, direciona para as unidades do Metrô dez trens, como também dez VLTs, além da conclusão das estações da 106, 104 e 110. Mas, no meu entendimento, uma obra que eu sei que é extremamente relevante e visível é a do Eixo Norte, assim como é a solução da Ponte do Bragueto, que é um anseio enorme da população que mora em Sobradinho, Planaltina, e a ampliação do sistema viário até Planaltina, dando conclusão a esse trabalho que vem dos governos anteriores. Portanto, esse projeto foi defendido por nós, PT e PMDB, sobretudo, com a gestão nesta área de quadros do PMDB.

O que o Governo Rollemberg faz – há muitas coisas de que discordo no Governo Rollemberg – é dar continuidade a um projeto defendido por nós aqui. Neste instante a Caixa Econômica disponibiliza um empréstimo extremamente vultoso para a sociedade em áreas cruciais. Isso não significa que o governo deva deixar de responder o que foi executado, como e onde, a partir dos primeiros empréstimos feitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Foi no governo do Agnelo que as obras do BRT foram feitas, inclusive com recursos próprios, porque a União demorou a fazer as devidas transferências dos empréstimos do BNDES. Portanto, para nós que fizemos parte da base de apoio do Governo Agnelo, isso nada mais é do que quem criticou – não foi capaz de sequer alterar –, agora tem que se render àquele projeto estruturante porque entendia e entende a relevância disso. Então, é para o bem de Brasília, eu não tenho a menor dúvida disso.

Isso, mais uma vez, não significa que o governo deve ter respeito aos mandatos dos colegas que compõem o bloco do PMDB. Isso está fora de cogitação. Isso é uma obrigação do governo. Com todo o respeito a V.Exa., pois V.Exa. sabe do carinho especial que tenho pela sua pessoa, pelo seu mandato, devo dizer que esse projeto é importante.

Não sou da base de apoio do Governador Rodrigo Rollemberg, mas entendo que, para o bem da cidade, esse projeto é extremamente importante. Eu falei para o Deputado Julio Cesar e para Deputado Agaciel Maia o seguinte: o governo mandou projetos de suplementação orçamentária que não têm condições de ser votados. No momento adequado, eu vou falar, mas neste caso, as alterações já foram feitas. Naturalmente é o conjunto de Parlamentares que vai definir isso, mas eu tenho essa clareza, Deputado Wellington Luiz, com todo o respeito e consideração que eu tenho aos argumentos levantados, que eu considero extremamente relevantes e necessários. É relevante mesmo que nós tenhamos informações e não apenas os Deputados que compõem o bloco de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Wasny de Roure, eu não tenho dúvida disso e agradeço a sua colocação. Volto a dizer – nós concordamos: é algo importante para Brasília – mas se esta Casa tivesse discutido e impedido que se construísse um estádio de dois bilhões e tivéssemos investido esse dinheiro na saúde, hoje teríamos uma saúde muito melhor. Era ou não era, Deputado Juarezão?

O que se faz com esse elefante branco hoje? Sou Líder do PMDB e meu partido era o partido do Vice-Governador, mas nem por isso eu tenho que concordar com a construção de um estádio de dois bilhões de reais. O papel desta Casa é questionar. Por mais importante que o projeto seja, ele tem que ser claro, tem que ter transparência e tem que responder a todos os questionamentos feitos por estes Deputados. Esse é o nosso papel. Se nos omitirmos disso, estaremos fazendo como Pôncio Pilatos, ou seja, apenas lavando as mãos – e não é esse o nosso papel.

Volto a dizer, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo: nós vamos apoiar esse projeto desde que seja claro, transparente e que prove a sua eficiência para Brasília. Hoje, existe uma construção nesse sentido nesta Casa. O Deputado Wasny de Roure participou disso juntamente com os Deputados Agaciel Maia, Rafael Prudente e outros Deputados que compõem a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Agora, volto a dizer: qual é o problema de responder a todos os questionamentos? Qual é o problema de tornar o projeto claro? Será que tem alguma coisa para esconder? Neste momento, talvez, as coisas comecem a se esclarecer, mas porque nós viemos aqui e cobramos de forma contundente que o governo fizesse a parte dele.

Agora, por exemplo, Deputado Wasny de Roure, eu recebi um documento da Secretaria de Planejamento em resposta a um questionamento meu que nem assinatura tem. Esse é o respeito que se dá a esta Casa. É por isso que continuamos menores, Deputado Bispo Renato Andrade, porque nos curvamos a cada dia. Não é isso o que nossos eleitores esperam de nós. Eles esperam de nós, muito mais de que sejamos uma fábrica de projetos, é que façamos a fiscalização do dinheiro público.

Volto a dizer: trinta milhões que vão ser remanejados para depois voltar. Isso é o combinado entre secretários. Será que é esse mesmo o papel do governo? Volto a dizer, Deputado Julio Cesar: podemos negligenciar com nosso dinheiro, mas com o dinheiro público, jamais.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permita-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, quero parabenizar V.Exa. pelas palavras ditas na tribuna.

Viemos aqui, neste momento, para fazer esse apelo aos Deputados no dia de hoje, para que possamos, de fato e de verdade, votar esse Projeto de Lei nº 352, o qual, desde já, peço à nobre Presidente que inclua como item extrapauta no dia de hoje.

Quero dizer que é de suma importância para Brasília a aprovação desse projeto. Quero até registrar a presença do Presidente do Metrô, Sr. Marcelo Dourado, que desde a manhã esteve conosco na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, onde teve a oportunidade de falar a respeito desse projeto, sobre o que esse projeto trará de benefício para a nossa cidade, já que trata da aquisição de material rodante, aproximadamente dez trens, dez VLTs e também da reforma nas estações do Metrô – 104, 106, 110. É importante diminuirmos esse projeto de lei que foi aprovado em 2012. Quero ressaltar que, na época, o relator era o Deputado Agacieli Maia. O Deputado Wasny de Roure e V.Exa. também eram Deputados. Esse projeto foi aprovado por esta Casa.

Quero aqui parabenizar o nosso Governador Agnelo, que na época teve a sensibilidade de trazer esse tema a esta Casa. O que queremos agora é adequar. Nós sabemos que o BNDES está cobrando uma taxa altíssima. São quase 900 milhões, e nós queremos reduzir essa taxa com a Caixa. É importante ressaltar que, se nós não fizermos isso o mais rápido possível, sem dúvida, corremos o risco de perder esse financiamento. Na verdade, é o País todo que está entrando nesse empréstimo que a Caixa vai fazer. Então, eu peço a sensibilidade de todos os Deputados presentes para que, na sessão de hoje, votemos esse projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Aproveito para agradecer aos Deputados que estiveram hoje na CEOF e ajudaram a aprovar o projeto: Deputados Wasny de Roure, Rafael Prudente, Agaciel Maia e Deputado Prof. Israel. Eu tenho certeza de que hoje vamos aprovar esse projeto no plenário. Então, parabéns. Fica o nosso pedido para a aprovação desse projeto.

Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que o Projeto de Lei nº 352 seja incluído na pauta de votação do dia de hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Julio Cesar.

Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento nos Comunicados de Líderes deixando bem claro que o posicionamento que adotei aqui não é apenas meu, acho que é de todos os Deputados. O objetivo é trazer clareza, não só para esse projeto, mas também para todos os projetos. Obviamente, um projeto que envolve quase um bilhão de reais não pode ser aprovado no afogadilho. Eu acho que o rito deve ser respeitado nesta Casa.

Então, se o governo sabe da urgência, que mande o projeto no período correto. Temos o Líder do governo nesta Casa, temos os secretários – tanto o Marcão quanto o Sérgio –, que são pessoas extremamente habilidosas no trato político e podem ajudar a avançar nisso. O que não podemos fazer jamais é votar o projeto enquanto houver dúvidas. Da nossa parte, podem ter certeza absoluta de que, se as dúvidas forem sanadas, nós não só solicitaremos que o projeto seja apreciado, como também estaremos neste plenário para votar e aprovar tudo aquilo que for para o bem de Brasília.

Sr. Presidente, obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Julio Cesar para a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 352.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa das lideranças do hip hop. São lideranças que estão participando do processo de construção da Frente Parlamentar em Defesa do Hip Hop e aglutinam o hip hop em Brasília. Há várias outras lideranças que, naturalmente, não puderam estar presentes hoje, mas que são importantes para a cidade.

Apesar de não ter podido atender o convite do Instituto Federal de Brasília e não ter estado presente ao evento, quero registrar que ontem foi inaugurada a extensão desse instituto. São novas instalações do Instituto Federal de Brasília na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

cidade de Ceilândia. Essas novas instalações, patrocinadas pelo Ministério da Educação, vêm enriquecer a educação profissional e tecnológica no Distrito Federal. Obrigado.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero me somar ao Deputado Wasny de Roure e também cumprimentar o pessoal do hip hop.

Eu gostaria de cumprimentar os artistas de Ceilândia e também cumprimentar o nosso ator, de quem temos um grande orgulho. Ele fez o filme Preto Sai, Branco Fica, um filme que foi filmado na nossa cidade. É o Marquinho, da Tropa de Elite. Eu gostaria de prestar a nossa homenagem ao nosso querido Marquinho, figura com quem tive a oportunidade de trabalhar em uma das escolas da nossa cidade, a Escola Classe 38. Na pessoa do Marquinho, eu cumprimento todos os que aqui vieram.

Sra. Presidente, quero ainda aproveitar para cumprimentar o Marcelinho, que hoje está fazendo aniversário. É uma alegria para nós. Eu gostaria de dizer do quão importante ele é para todos os Parlamentares desta Casa. Marcelinho, parabéns. Que Deus continue o abençoando e fazendo com que você continue a ser sempre essa pessoa que é. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Marcelo Dourado, que está na expectativa de que o projeto seja aprovado ainda hoje e também na expectativa de outras coisas que ele e Brasília têm como sonho.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que aqui se fazem presentes, eu gostaria hoje de abrir um espaço especialmente para fazer uma reflexão sobre a história política do Distrito Federal, sobre aquilo que já foi falado pelo Deputado Wellington Luiz e aquilo que se tem falado aqui nestes dias. Eu gostaria de fazer um preâmbulo antes de entrar no que eu gostaria de falar.

A representação política do Distrito Federal teve o seu caráter embrionário passando por, pelo menos, três fases. Elas foram de suma importância para nós chegarmos aqui hoje e estarmos dentro desta Casa Legislativa.

A primeira fase foi a Constituição em 1934, que, no seu artigo 15, já deixava clara a existência de uma câmara no âmbito do Distrito Federal, a qual caberiam funções deliberativas e que seria composta de maneira eletiva.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

A segunda fase foi a Constituição de 1946, que, no seu artigo 26, elevou o Distrito Federal à posição dos estados, ainda com autonomia política relativa. Manteve-se, neste artigo, que, no Distrito Federal, deveria haver uma câmara eleita pelo povo com funções legislativas.

No ano de 1967, a Emenda nº 3 veio possibilitar a representação do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. À época, o prefeito, hoje denominado governador, era quem governava e legislava. E foi justamente este fato que fez com que a Câmara dos Deputados aprovasse, ainda em novembro de 1961, a Resolução nº 63, com o objetivo de criar uma comissão para a produção legislativa do Distrito Federal. Porém, em 1967, essa comissão foi extinta, e suas atribuições passaram a ser executadas pelo Senado Federal.

A terceira fase deu-se em 1988, Deputado Ricardo Vale, com a Constituição Cidadã, promulgada por Ulysses Guimarães. O artigo 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias versa que os cidadãos do Distrito Federal deverão conseguir o direito de escolher os seus representantes democraticamente para o Congresso Nacional, seu governador e seus deputados distritais.

Seguiu-se, no ano de 1990, a sua plenitude com a realização da primeira eleição direta na Capital da República.

Por que decidi recorrer a esse histórico e fazer a narrativa de toda essa epopeia? Porque sinto que, de vez em quando, é necessário trazer à memória nossa história, procurando saber como chegamos até aqui e o custo que se teve para que a sociedade obtivesse sua conquista mais importante no sistema democrático de direito, que é a eleição de seus representantes, sobretudo para termos o discernimento de saber aonde estamos indo e aonde queremos chegar. Sinto que não podemos perder tal conquista. E, para que isso ocorra, é necessário o fortalecimento do Estado, através das suas instituições, a começar por um parlamento distrital forte e independente, fazendo o seu contraponto com os demais poderes.

Com o objetivo de promover o bem comum como sua meta final, o Estado deve desempenhar numerosas funções, que podem ser reduzidas a três. A primeira é a de fazer as leis que regem a vida dos cidadãos e o próprio funcionamento do Estado. A segunda é a de administrar os negócios públicos dentro da lei. E a terceira é a de administrar a justiça, solucionando questões surgidas na aplicação da lei. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são responsáveis por manter o Estado organizado.

Em 1748, foi elaborado um tratado com o título “O Espírito das Leis”, em que o seu escritor acreditava ser preciso dividir o poder do Estado, que era concentrado apenas nas mãos de uma só pessoa, ou seja, somente do rei. Ele destacava que tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse os três poderes: o de fazer leis, o de executar as soluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Tal sistema já não mais contemplava os anseios dos cidadãos dos países onde tal modelo existia. Com a divisão em três Poderes, ele esperava que assim fosse possível combater a tirania e o autoritarismo do rei. Dessa forma, criou os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que deveriam ser independentes. Cada poder passou a ter uma função específica e independente um do outro, mas harmônicos entre si. É a chamada teoria tripartite, que se tornou característica do Estado moderno, onde nenhum dos poderes funciona isoladamente do outro. Todos são independentes e possuem igual importância. Nenhum dos três Poderes é possível existir sem eles. O Legislativo é o que dita às leis do seu Estado; o Executivo, como o nome já diz, executa as leis; e o Judiciário é o responsável por julgar as leis que o Legislativo impõe.

São, portanto, três funções ou poderes equiparados e independentes, não havendo nenhum que se sobressaia sobre os outros no tocante a responsabilidades ou direitos. Cada um, na esfera de sua função específica, exerce a totalidade do poder, e os três só são independentes no sentido de que se organizam mutuamente na finalidade essencial de compor os atos de manifestação da soberania estatal, mediante um sistema de freios e contrapesos, realizando o ideal de contenção do poder pelo poder.

Nos dias atuais, estamos vivendo um período de crise, é verdade; mas nem por isso devemos entregar o Parlamento ao Executivo, dando a ele o direito de voto que conquistamos nas urnas, Sras. e Srs. Deputados. Não podemos ficar de joelhos ante os anseios de quem ocupa o Palácio do Buriti, seja ele quem for ou que crise for. Não estamos mais na Idade Média!

Desde 1986, quando começamos a consolidação da nossa democracia em Brasília e no Brasil, seguiu-se daí o maior de todos os direitos constitucionais: o de elegermos nossos representantes através do sufrágio, do voto direto, em que todos são rigorosamente iguais. Por isso, o parlamento distrital não pode e não deve, em hipótese alguma, render-se ao poder que manda e desmanda tanto quanto os governos ditatoriais.

Antecedendo isso, estamos nos remetendo tão somente à teoria de Thomas Hobbes, concentrada na figura de um soberano, que tudo pode, e os seus súditos, que tudo devem; porque, embora a gênese da teoria fosse proporcionar segurança para todos, jamais o poder poderia ser dividido, um haveria de subjugar o outro, o que não é sadio num Estado Democrático de Direito.

Todos sabem que, em regimes ditatoriais, inexistente a figura do chamado equilíbrio dos Poderes. Nossos deputados não podem deixar de serem deputados e passarem a ser meros funcionários do Poder Executivo. Não devemos e não podemos deixar que se instale na Capital da República o regime do poder único, do pensamento único, que não respeita nem protege aqueles que pensam diferente e muito menos as instituições democraticamente estabelecidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

É preciso que o Poder Legislativo seja independente e atuante, questionando produtivamente, fiscalizando e apresentando sugestões ao Executivo. Ao que parece, os princípios modernos da política que apontam a importância da harmonia entre os poderes inexistem ou estão sendo abolidos da política brasiliense, pois querem que votemos sem antes analisarmos os projetos de lei enviados a esta Casa. Os projetos chegam pela manhã, e querem que os votemos à tarde sem passarem pelas comissões temáticas. Exemplos claros e evidentes estão nos gestos do Executivo, que, diante da crise, não abre diálogo com o Poder Legislativo.

Assim, o que queremos é um Parlamento que saiba dialogar com todos os Poderes, mas que não abra mão das pautas que considera importantes; um Parlamento que não seja submisso ao Executivo; um Parlamento independente, sem ser oposição, mas harmônico com os demais Poderes. Um Parlamento que garanta a governabilidade, sem estar de joelhos diante do Executivo ou do Judiciário. Um Parlamento que tenha pautas positivas, que beneficie a sociedade, inclusive votando projetos dos Deputados toda semana, pois são propostas de políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade.

Que matérias de interesse do Executivo cheguem a esta Casa com a antecedência necessária para serem apreciadas nas comissões temáticas, pois é inadmissível um deputado votar sem conhecer a matéria e ter tempo para discuti-la.

Que o nosso Legislativo não se deixe ser uma extensão do Executivo. Não podemos abrir mão do poder a nós conferidos pelos eleitores, através do voto.

Não devemos e não podemos ter medo de retaliações vindas do Executivo. Não vivemos em uma ditadura e, sim, em uma democracia. Vivemos em uma nova realidade, uma sociedade justa, com liberdade de expressão e liberdade de participação.

Não se pode inflar um dos Poderes em detrimento do outro, pois isso deixaria o nosso sistema manco, sem equilíbrio o necessário à sua própria sobrevivência. Não se pode conferir a nenhum dos Poderes a mínima possibilidade de governar para si e para seu grupo, sem o incômodo de dever explicações à sociedade. Seja o que for, não podemos esperar para ver o que acontecerá com a nossa cidade.

É preciso tomar uma atitude, antes que impere a ditadura do poder único. Se o Parlamento Distrital não se impuser como Poder independente dos demais Poderes, desnecessária será a sua existência – friso a todos os presentes, principalmente aos colegas Parlamentares. Desnecessária será a existência do Poder Legislativo local se ele não for forte, independente e coerente com a postura que se requer de cada Deputado.

O que queremos é um poder distrital independente, independência essa que não quer dizer que seja de oposição aos demais Poderes, mas, também, não de submissão. Que se busque constante diálogo, para que, em parceria, venhamos a tirar Brasília da tão decantada crise.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Esta Casa tem que recuperar o seu orgulho e a sua altivez, cumprindo cabalmente o seu papel de legislar para o povo e de fiscalizar as ações do Poder Executivo. E o Poder Legislativo exercendo em sua totalidade o seu papel de contrapeso em relação ao Executivo e ao Judiciário.

O povo de Brasília acredita em nós e foi para isso que nos confiou o seu voto. Não temos o direito de trair os eleitores de Brasília. Por isso, conclamo os nobres pares a reescrever a história do Distrito Federal e deste Parlamento, estando todos juntos por um Legislativo que orgulhe Brasília e resgate a dignidade e a vontade de o povo votar em cada um daqueles que vêm para cá.

É o que tenho a dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante pronunciamento. Acho que é isso o que a população de Brasília espera desta Casa. É isso o que nós, Parlamentares, esperamos de nós mesmos, Deputado.

Há alguns dias, esta Casa autorizou, ou melhor, prorrogou o prazo para os puxadinhos. Eles terão um prazo maior para se regularizar, aqui no Distrito Federal.

Poderíamos fazer o contrário agora: que acabasse essa história de puxadinhos do Executivo. Lamentavelmente, este é o sentimento que toda a população do Distrito Federal tem hoje do Parlamento: um mero puxadinho.

Temos que fazer a nossa parte. Como bem disse V.Exa., está na hora de reescrevermos a história, de fazermos a nossa parte, de fiscalizarmos, respeitando o Executivo, que é um Poder fundamental. Agora, respeitar jamais será se submeter! A submissão e o respeito são coisas distintas.

Eu não poderia deixar de parabenizar V.Exa. e dizer que, se tivermos responsabilidade, vamos agir de acordo com cartilha que V.Exa. acabou de ler. Acho que, para Brasília, o Parlamento é um órgão fundamental, tanto quanto o Executivo, tanto quanto o Judiciário.

Que isso nos sirva de reflexão, e que possamos realmente mudar a história, não apenas no discurso. É isso o que o povo de Brasília espera de nós.

Parabéns, Deputado!

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nobres colegas, quero cumprimentar todos da imprensa, o pessoal do *Hip Hop* que está aqui, dos coletivos, e dizer que é uma luta importante essa de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

ganhar o reconhecimento da sociedade com a cultura de rua, que é uma cultura vívida, porque nasce do seio da população. Parabéns pelo trabalho de vocês, que é muito bacana! O Coalhada foi ao meu gabinete e sumiu, nem me deu um abraço, depois eu puxo a orelha dele.

Sra. Presidente, venho aqui para tratar de um projeto de lei muito polêmico. Hoje de manhã, houve uma mobilização nacional dos professores contra esse estado de coisas que se instituiu no nosso país, contra o professor.

Há um projeto de lei na Câmara que visa à implementação do Programa Escola Sem Partido na rede de ensino do Distrito Federal, que, a meu ver, é mais uma violência contra os professores.

Eu não trato aqui da violência física, Sra. Presidente, a que já temos assistido toda a semana; trato da violência psicológica, da violência que silencia a boca dos mestres, mas que não será capaz de silenciar o nosso pensamento.

Não bastasse a falta de isonomia do professor frente a outras categorias de nível superior, não bastasse a indisciplina endêmica nas salas de aula de todo o País, não bastasse a violência física e moral a que são submetidos os professores diariamente, agora o mestre se vê impedido de ensinar a pensar. Com esse projeto aprovado, cai o último bastião do pensamento livre neste país.

Em uma cultura de massas, sem profundidade, o professor é a última possibilidade de elevação do espírito crítico. Por meio da diversidade de pensamento é que o ensino cumpre a sua função libertadora. Com base em quê, eu pergunto, esse projeto de lei foi construído tanto no Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras, quanto no Congresso Nacional?

Ele não traz nenhuma pesquisa, nenhum dado, nenhuma informação consistente que o justifique, a não ser a crença de que o professor profana a sala de aula com suas ideologias.

Qual é o dado do número de alunos que, doutrinados por seus professores, ingressa nas fileiras dos partidos políticos brasileiros? Essa informação jamais foi medida na história do Brasil.

O projeto de lei desrespeita o livre pensamento e afronta a autonomia do professor. Desafio que sejam apresentados dados relevantes e sérios, que possam justificar a necessidade de um PL com esse conteúdo.

Não podemos permitir o patrulhamento dos professores da rede de ensino desta cidade. Não podemos aceitar a volta de ferramentas ditatoriais, que têm como objetivo simplesmente intimidar as vozes diferentes.

Queremos a restauração do positivismo do século XIX, que exigia do pesquisador distanciamento absoluto do objeto pesquisado? O positivismo foi ultrapassado porque a academia e a ciência moderna acreditam que as convicções individuais não podem se separar do objeto em estudo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

O que garante uma boa formação é a pluralidade de ideias. O homem é um animal político, já dizia Aristóteles há dois milênios. A imparcialidade do professor e de qualquer profissional é um mito criado pela extrema direita.

O PL diminui o professor, porque o trata como um aproveitador das mentes inocentes, ao invés de refletir sobre o papel libertador do professor, papel defendido por Paulo Freire. Como terão de agir os professores caso seja aprovado esse projeto? Terão que conversar com os pais de todos os alunos para se policiar em sala sobre o que pode e o que não pode ser dito? O pai denunciará o professor que não respeitar a mordaza? Terão os professores censores em suas aulas? Afinal, se um aluno achar que o professor não pensa igual a seu pai, poderá denunciá-lo a partir desse rascunho de Lei de Segurança Nacional?

Retornemos ao livro *1984*, de George Orwell, em que crianças eram estimuladas a denunciar ao Estado totalitário professores considerados subversivos, não admitindo a pluralidade de pensamento. Muitos pais do século XIX não concordavam com professores abolicionistas. No século XX, muitos pais foram contrários às ideias de libertação feminina defendidas em sala de aula. A escola é um lugar de ampliação de pontos de vista. Por isso, não podemos permitir que uma lei que berra anacronismo seja aprovada. Não podemos deixar que a ficção da "doutrinação ideológica" e do "perigo vermelho" – argumento utilizado tanto por Vargas no Estado Novo quanto pelos militares em 1964 — seja usada para justificar mais um ataque aos professores deste nosso País, quando, na verdade, eles precisam do nosso apoio.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu consigo acompanhar o pronunciamento de V.Exa., porque esse debate, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura está se preparando para, a partir de audiências, ouvir o entendimento a respeito do projeto. Eu só considero que a ausência da autora da propositura em plenário dificulta bastante o entendimento ou a interpretação que ela queira dar ao projeto.

O Relator da matéria, Deputado Prof. Reginaldo Veras, já tem acumulado bastante coisa, e essa matéria com certeza será alvo de um aprofundamento. Agora, eu posso entender que a preocupação da Deputada Sandra Faraj, no entendimento que ela está buscando fazer, são as perdas de referências que as crianças, os adolescentes e os jovens estão tendo em sala de aula. Esse debate tem que ser aprofundado para que possa qualificar melhor o próprio entendimento do projeto.

Estamos exatamente às vésperas do encaminhamento do Plano Distrital de Educação. A lei prevê – e V.Exa., Deputado Prof. Israel, como professor, tem um domínio maior que o meu – que, até o final deste semestre, Brasília tem que ter o novo plano distrital. Neste momento, o que me preocupa mais, Deputado Prof. Israel, é o envio do projeto de lei do governo encaminhando o Plano Distrital de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Educação. Temos tido contato com a Secretaria de Educação, várias reuniões têm sido feitas. Entretanto, a matéria ainda não chegou à Casa, e isso vai nos deixar com espaço mínimo para debater um projeto extremamente rico, extremamente vasto e que terá que ser votado de maneira açodada. Nós temos menos de dois meses para poder apreciar e deliberar uma matéria dessa natureza se quisermos seguir a legislação federal.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu acompanhei de perto o pronunciamento de V.Exa., que está com toda a razão. Esse é o pensamento dos educadores do Distrito Federal, tanto os da rede pública, quanto os da rede privada de educação do Distrito Federal, e isso é importante porque, nesse momento, houve uma junção entre os pensamentos dos professores da rede privada de educação e os dos professores da rede pública. Na verdade, esse projeto é tão ruim que não dá nem para emendar. É um absurdo!

Portanto, V.Exa. está coberto de razão. No que depender de mim, irei trabalhar para que esse projeto não seja aprovado nesta Casa, afinal de contas, isto aqui é a Capital do terceiro milênio, nós estamos em um País que é a sexta economia do mundo. É importante que os professores tenham uma visão crítica, a educação tem que ser crítica para formar pensadores, para formar pessoas que não vão aceitar o estado de coisas que sempre foi estabelecido neste País. É por isso que esse projeto é nocivo.

Quanto ao Plano Distrital de Educação, para a nossa felicidade e a desta Casa, chegou hoje, acabei de fazer a sua leitura, quando estava secretariando o Deputado Agaciel Maia. É importante que a gente se debruce agora sobre ele.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Agradeço o aparte de V.Exa. e do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny, realmente é muito importante a gente prestar atenção no Plano Distrital de Educação. Esses projetos, a meu ver, estão proliferando no nosso País especialmente porque houve um tempo em que o professor era muito bem pago porque era o formador do nosso País. Quando o professor assumiu um papel crítico e se tornou um transformador, aí começou a ser atacado dessa forma. Mas a sala de aula ainda é o último bastião da resistência, e esse espaço nós não vamos aceitar perder.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, parabéns V.Exa., mas não podemos esquecer que esta Casa é um espaço democrático.

A Deputada Sandra Faraj apresentou o projeto de acordo com suas convicções, e eu o relatei de acordo com as minhas convicções e com aquilo que acho que é o melhor para a sociedade brasileira e brasiliense, mas esta é uma Casa de debates. O Deputado Rafael Prudente pediu vista do processo, e o espaço está aberto. Segurarei o projeto até que a Deputada Sandra Faraj realize uma audiência pública, que eu acho muito bem-vinda. Parabéns a Deputada por ter convocado essa audiência pública, que, salvo engano, está marcada para o dia 25.

Acho que é assim que a gente constrói a democracia: debatendo as divergências e tentando chegar a um ponto comum. Estaremos todos presentes, todos os segmentos da sociedade representados nessa audiência pública. Dali sairemos com a opinião formada e com as nossas convicções sedimentadas para dar um voto bem argumentado, dentro daquilo que é o melhor para a educação brasiliense e brasileira.

Muito oportuno o tema, Deputado, parabéns a V.Exa. por tê-lo abordado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, na verdade, tive notícia pelos jornais do projeto e acho que ele tem o mérito extraordinário de trazer luz a um debate dessa natureza. Esta Casa precisa, sim, discutir a questão da educação. É evidente que nós não podemos pintar aqui um quadro em que a educação nas nossas escolas é a melhor do mundo. Não, não é verdade, e nós sabemos disso até porque frequentamos também o magistério, eu também estive no magistério como V.Exa.

Quero apenas registrar aqui que, quando V.Exa. fala que nós conquistamos um espaço de libertação há pouco tempo, até ousar dizer, talvez por ter mais idade que V.Exa., que antigamente nós tínhamos também escolas excelentes, onde se formavam cidadãos, onde se formavam excelentes profissionais. Hoje, talvez pela profusão de notícias, talvez pela profusão de problemas que são colocados, é possível que não tenhamos o índice de aproveitamento idêntico ao que tínhamos lá no passado. Eu acho que isso é importante destacarmos. Com o passado, nós temos muito o que aprender.

Acho que o grande mérito do projeto – e aqui eu ainda não estou me aventurando no debate de mérito – é trazer a discussão de um tema importantíssimo, a maior ferramenta de transformação de uma sociedade, para esta Casa. Então, eu quero, inclusive, parabenizar o pronunciamento de V.Exa., que, quando traz para este plenário essa manifestação, enriquece o assunto e convida e estimula as pessoas para que façam o debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Muito obrigado, Srs. Deputados, pelos pronunciamentos.

Não tenho nada mais a acrescentar.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje eu quero falar de dois assuntos. O primeiro é um recado claro de que felizmente a calúnia e a difamação, neste País, começam a tomar contorno diferente.

Existe um cidadão aí que se diz jornalista que ficou praticamente quatro anos me atacando. Todo dia ele me atacava e atacava o Governador Agnelo Queiroz. Esse cidadão tem mais de quarenta processos tramitando na Justiça. Ele tinha uma prática de dar um jeito de os oficiais de justiça não o encontrarem. Mas eles o encontraram e, numa das ações movidas pelo Governador Agnelo Queiroz por calúnia e difamação, ele foi condenado. Há uma pena, aquela que faz pagar cesta básica e tira determinadas liberdades. Mas ele não cumpriu aquilo que estava determinado pela Vara de Execuções Criminais e ontem, Deputado Agaciel Maia, recebeu a segunda pena. O juiz determinou o recolhimento. Portanto, o oficial de justiça e a polícia vão localizá-lo, prendê-lo e levá-lo até o juiz da Vara de Execuções Criminais. Esse elemento se chama Mino Pedrosa, que destrata Deus e o mundo.

Essa é uma prova clara de que jornalismo não é para atacar as pessoas. Não é por ter um microfone, uma caneta, que tem que atacar as pessoas; tem que falar com base, dentro da legalidade. Portanto, fez muito bem a Justiça do Distrito Federal. E mais condenações virão.

O segundo ponto de que eu quero falar é o caos estabelecido na Saúde do Distrito Federal. Nós ouvíamos – eu tenho falado isso aqui quase diariamente – durante a campanha eleitoral o então candidato Agnelo Queiroz dizer que o problema da Saúde era gestão. Dinheiro havia; faltava gestão. Eu reafirmo: dinheiro há. Eu tenho provado constantemente que há dinheiro. Eu vou vir aqui com mais dados, porque, do recurso do Fundo de Saúde do Distrito Federal, até agora eles só gastaram 0,6%. Portanto, está o dinheiro lá para comprar os mais variados tipos de medicamentos. Está faltando medicamento em toda a rede, está faltando leito de UTI, que pode ser contratado através desse recurso do Fundo de Saúde, mas não é.

Está de parabéns a mídia do Distrito Federal por voltar a mostrar a realidade. O *Correio Braziliense* fez um trabalho brilhante nesses últimos três dias, uma série de reportagens mostrando o caos estabelecido na Saúde do Distrito Federal.

As horas extras dos servidores desde janeiro não são pagas, desde janeiro os servidores não recebem. A UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Ceilândia não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

tem mais pediatra. O Governador disse na campanha que ia ter pediatra durante 24 horas. Não tem. Mas o mais grave: nós estamos correndo o risco de perder o credenciamento que temos para a questão dos transplantes. O governo anterior tinha conseguido colocar o Distrito Federal como a segunda unidade da Federação a fazer transplante. Em alguns casos, a primeira. Está aí estampado nas páginas do *Correio Braziliense* que podemos perder esse credenciamento, porque não se está fazendo mais nem um transplante no Hospital de Base desde o dia 1º de janeiro.

É grave. É o caos estabelecido na Saúde do Distrito Federal.

Portanto, eu repito aquilo que o então candidato Rodrigo Rollemberg falava. Está ali o Deputado Juarezão, que é da Saúde e sabe do que eu estou falando, sabe que é verdade. O candidato Rodrigo Rollemberg dizia que faltava gestão, dinheiro havia. Eu repito: continua faltando gestão. Dinheiro há, mas agora, além de gestão, está faltando vergonha na cara das autoridades que estão dirigindo a Saúde no Distrito Federal.

Na verdade, estão plantando o caos para vender a ideia de organizações sociais. Passar a saúde pública para organizações sociais é crime. Já elencaram até por onde vão começar: UPA da Ceilândia e Hospital da Ceilândia.

Nós não vamos aceitar, em hipótese alguma, que a saúde pública do Distrito Federal seja colocada para organizações sociais. E é bom que o Governador saiba que o próprio Ministério da Saúde não vai aceitar isso aqui no Distrito Federal.

Essa equipe que está hoje na Secretaria de Saúde não dá conta. Plantaram o terror para com os funcionários. Está uma situação gravíssima. Eu digo que é grave, muito grave a situação vivida pela saúde pública do Distrito Federal. Nos próximos dias, eu trarei mais detalhes, trarei números, mostrando, efetivamente, a situação caótica vivida pela saúde pública do Distrito Federal.

Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pela liderança.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de tratar de um assunto específico, hoje, inerente ao asfaltamento da DF-285, um dos problemas que quero abordar porque tem causado muitos transtornos ao pessoal que transita por essa via.

A DF-285 é uma rodovia com 25 quilômetros de extensão, que começa no PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal e termina em Palmital, ali em Minas Gerais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Estamos sempre acompanhando as manifestações realizadas pelos moradores dos núcleos rurais Jardins e PAD-DF, em sua grande maioria pequenos produtores rurais. A comunidade do setor reclama da estrutura precária da região. Há anos eles pedem uma solução do governo, mas nada foi feito até o momento. Os moradores reclamam dos problemas gerados pela poeira, pois alguns são produtores de hortifruti, que saem de lá com os produtos nos caminhões e chegam ao destino sujos e cheios de terra. Assim eles perdem mercado. Além disso, o PAD-DF e o Jardins são os maiores produtores de grãos do Distrito Federal, e a DF-285 serve de escoamento da produção, por isso a necessidade de asfaltamento ainda, pois os caminhões com cargas pesadas ficam atolados e quebram constantemente, prejudicando a economia do Distrito Federal.

Outro problema apontado pelos moradores é o perigo que a rodovia apresenta. Segundo eles, Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em um único fim de semana aconteceram dois acidentes graves com três vítimas fatais. Além disso, não há policiamento no local e a pista acaba sendo um desvio de rota para muitas cargas clandestinas.

Portanto, Sra. Presidenta, eu gostaria de abordar um outro assunto, mas tendo em vista o adiantado da hora e a necessidade de realizarmos a votação, deixo para fazer esse pronunciamento depois.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Eu gostaria de questionar os Parlamentares se todos eles querem fazer uso dos Comunicados de Parlamentares para a gente já agilizar e entrar em processo de votação. Eu queria pedir o registro. Quem gostaria de falar? Deputado Wasny de Roure, Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale, Deputado Joe Valle e Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa noite, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero cumprimentar a nossa Presidente Deputada Celina Leão, cumprimentar o pessoal da Expo *Hip Hop* e dizer que estamos juntos aí para que essa atividade aconteça. Nós que, juntamente com outros Parlamentares, criamos a Frente Parlamentar *Hip Hop* aqui nesta Casa iremos nos empenhar para que essas manifestações, esses eventos possam cada vez mais continuar acontecendo e mais fortalecidos pelo Estado. O *Hip Hop* é uma cultura muito praticada aqui no Distrito Federal, no Brasil inteiro, e, nesse sentido, eu queria clamar aos Deputados e pedir aos Deputados da Base que façam gestão junto ao governo, à Secretaria de Cultura para que a gente possa realizar esse evento agora em julho, que é um evento extremamente importante para a cultura do Distrito Federal e para a cultura *Hip Hop* do Brasil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Quero falar também, rapidamente, sobre a nossa visita à Cuba, mas primeiro queria agradecer a esta Mesa, a Mesa Diretora desta Casa, a todos os Deputados, à Deputada Celina Leão, ao Deputado Julio Cesar, ao Deputado Raimundo Ribeiro, ao Deputado Bispo Renato Andrade, enfim, a todos os Deputados desta Casa, à Deputada Liliane Roriz, que foi a primeira a assinar e, assim, agradecer a esta Casa por ter concedido a oportunidade de visitar aquele país.

Quero agradecer à Embaixada Cubana, que nos recebeu muito bem. Fizemos várias agendas institucionais, estivemos no Instituto Cubano de Amizade aos Povos da América Latina, estivemos na Federação de Mulheres Cubanas, estivemos na Assembleia Provincial do Poder Popular, visitamos o Comitê dos Heróis Cubanos e marchamos juntos com aproximadamente um milhão de cubanos em defesa do socialismo, contra o embargo econômico que os Estados Unidos impõem há 53 anos àquele povo, o que dificulta muito a situação de vida daquela população.

Mas mesmo assim, nós adquirimos uma experiência muito grande na questão das relações institucionais, nas relações entre os povos, com a situação daquele país. Um país que tem a capital, Havana, muito parecida em termos numéricos com a população do Distrito Federal: são praticamente 2,5 milhões de habitantes, mas tem uma diferença gritante que eu percebi. Lá, apesar de a população ser parecida, a saúde pública funciona da melhor forma possível.

E eu conversando com os populares – não conversei só com gente do Estado, só com os representantes das instituições –, conversando com a própria população eles falam que a saúde não é problema. Adoeceu, está lá, e têm menos hospitais do que aqui, têm menos clínicas das famílias do que aqui e funciona plenamente.

Educação é outra. Praticamente não há analfabeto em Cuba; você conversa com o motorista, ele é engenheiro, você conversa com o faxineiro ele é um professor, enfim, todo mundo é formado, todo mundo é educado em Cuba.

Lá, diferentemente daqui, o jovem que não estuda, a criança que não estuda é penalizada, ela cumpre uma pena alternativa. Ela acaba cumprindo uma pena. Aqui não, aqui tacamos os nossos jovens na prisão. Por isso que lá a violência é uma das menores do mundo, praticamente não tem crime, não tem violência em Cuba, os jovens estão envolvidos com cultura, com esporte.

Então, é muita coisa positiva que eu vi ali em poucos dias, que nós temos mais é que procurar entender, todos nós, não só o Estado, mas o Parlamento, para saber como é que pode um país que sofre o embargo da forma que sofre há mais de cinquenta e poucos anos, que não tem relações comerciais com os Estados Unidos e com muitos outros países, e a saúde funciona, tem cultura, tem esporte, tem saúde universal. Não tem índice de violência, o jovem não se mata, 48% das mulheres dividem os Parlamntos – sejam provinciais, sejam no Estado – com os homens, um sistema completamente democrático.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, valeu a pena a visita, cheguei esta madrugada dessa nossa visita, estou preparando um relatório, vou entregar a cada um dos Parlamentares, vou entregar à imprensa, fiquei muito impressionado e quero dizer aos demais nobres Parlamentares aqui que deveriam fazer o mesmo, nós deveríamos fazer o mesmo, visitar Cuba e ver que é um regime socialista, democrático, em que a população não abre mão da sua soberania. Não vão abrir. Os Estados Unidos têm se aproximado, têm procurado construir de novo relações comerciais, enfim. Mas eles não vão abrir mão – ficou bem claro nas conversas que eu tive com os Parlamentares, com entidades governamentais – da soberania deles. Eles querem o fim do embargo econômico, eles querem de volta Guantánamo, que é uma região que os Estados Unidos ocuparam de forma ilegal, e eles querem urgentemente, até para melhorar ainda mais as condições de vida daquele povo, que nós brasileiros, que nós da América Latina, que nós dos outros países do mundo ajudemos a derrubar esse embargo injusto que os Estados Unidos fazem sobre aquele país.

Então, é um país inclusive em que os próprios Estados Unidos reconheceram agora que não tem risco nenhum de terrorismo, não existe terrorista em Cuba, os próprios Estados Unidos reconheceram isso.

E, para minha felicidade, o povo está muito eufórico lá em função, agora, da visita do Papa. O Vaticano tem trabalhado muito no sentido de ajudar a acabar com esse embargo em Cuba.

Era isso. Eu vou preparar um relatório. Mais uma vez, agradeço a esta Casa por ter tido a felicidade de representar este Parlamento em Cuba. Assumi o compromisso com eles de criar uma frente parlamentar em defesa de Cuba pelo fim do embargo dos Estados Unidos. Quero contar com todos vocês. A primeira a quem pedirei a assinatura será a nobre Deputada Liliane Roriz, que me falou aqui que é apaixonada por Cuba.

Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, assessores presentes, eu gostaria de trazer ao Plenário desta Casa um debate que está transcorrendo no âmbito da segurança pública do Distrito Federal. Refere-se ao Decreto nº 3.851, de 26 de setembro de 2014.

Deputada Celina Leão, são bastante frequentes na área da segurança pública as exigências de altura, idade, teste psicotécnico, exigências em concurso que muitas vezes, por essa ou aquela dificuldade, o concorrente apela no Poder Judiciário por meio de liminar que lhe é conferida. Dessas liminares, depois de os policiais incorporarem-se à carreira e estarem em pleno exercício, vêm as decisões, muitas delas desfavoráveis. Essas decisões levam os policiais com três, quatro, cinco anos, inclusive alguns oficiais, a serem afastados da corporação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

O governador Agnelo, por orientação da sua consultoria jurídica, ouvida a Procuradoria do Distrito Federal, propôs um decreto que tenta viabilizar a possibilidade de um segundo teste para aferir se aquele policial tem condições de atender à exigência com a qual, lá no passado, ele teve dificuldades. Consequentemente, esse decreto trouxe esperança, horizonte, para um conjunto de aproximadamente oitocentos policiais, tanto dos Bombeiros quanto da Polícia Militar. Essa atitude tomada pelo governador Agnelo foi extremamente correta, porque possibilitou que a Procuradoria junto ao Poder Judiciário, com a interveniência de quem entrou com a petição, pudesse quitar no Judiciário essa demanda, equacionando sua vida funcional dentro das corporações.

O governador Arruda, Deputado Rafael Prudente, tentou fazer isso na sua gestão. Entretanto, ele cometeu o equívoco da não repetição da prova, a não comprovação das condições do próprio policial, o que não levava, nesse decreto anterior, quitar no âmbito do Judiciário. Não quitando, a matéria continua tramitando no Judiciário e há muitas decisões desfavoráveis aos policiais. Consequentemente, o decreto do governo Arruda, naquela ocasião, que tentou resolver um problema dentro das corporações, acabou não trazendo a solução de fato.

O governo Agnelo, tentando equacionar o problema, apresentou no final de setembro do ano passado uma saída para o problema. O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Deputada Celina Leão, vem dando prosseguimento à aplicação desse decreto dentro da corporação, mas a mesma coisa não vem ocorrendo dentro da Polícia Militar. Nós temos um pedido de audiência ao Comandante da Polícia Militar, e também junto ao Chefe da Casa Militar, para levar esse questionamento, a fim de trazer tranquilidade e uma solução conclusiva sobre a vida de aproximadamente oitocentos policiais. É uma tarefa extremamente importante, relevante.

Eu peço ao Marcos Dantas, que é secretário do governo, que leve ao Governador a reprodução desse decreto. Só o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o está aplicando. É preciso que a Polícia Militar, de fato, assuma a trajetória de equacionar a vida funcional de aproximadamente oitocentos policiais. O Comandante Hamilton já vem fazendo, até porque participou do processo de equacionamento. A matéria teve o acompanhamento da Procuradoria do Distrito Federal. Portanto, eu faço esse apelo no sentido de que a Polícia Militar possa dar desdobramento ao que prevê o Decreto nº 3.851, de 26 de setembro de 2014.

Eu faço esse apelo, Deputada Celina Leão, para que esta Casa se posicione francamente em defesa desses policiais hoje extremamente fragilizados em função de decisões judiciais que vêm ocorrendo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos. Eu queria separar a minha fala em duas partes.

Primeiro, eu quero agradecer e dizer que fiquei muito feliz com o pronunciamento do Deputado Agaciel Maia sobre a DF-285, uma estrada extremamente importante. Eu gostaria de lembrar que a DF-285 foi lançada no ano passado na AgroBrasília pelo Governador Agnelo. Portanto, ela já possui projeto feito. Nós fizemos uma reunião há duas semanas com o Presidente do DER e, infelizmente, a DF-285 não foi contemplada com os recursos do financiamento do Banco do Brasil. Nós sabemos que é um financiamento grande. É uma estrada muito importante, como disse o Deputado Agaciel Maia, e eu queria me solidarizar com o pronunciamento dele em relação à DF-285, que fica na região do PAD-DF.

O segundo assunto é que nós estamos vivendo – ontem foi o último dia de inscrição – o vestibular do meio do ano da Universidade de Brasília. A UnB, atendendo a uma indicação do Ministério Público, colocou uma cláusula que é impedir a inscrição que não tenha o certificado de conclusão do segundo grau. Nós, a partir de uma solenidade nesta Casa e um pedido dos alunos das escolas públicas, fomos ao reitor da universidade, que nos disse que bastaria uma declaração do diretor da escola para que o menino pudesse fazer a inscrição. Isso se reverte para que o aluno faça a inscrição como uma espécie de treineiro. Ele só pode treinar, não pode fazer a prova como todas as outras pessoas.

Eu vejo isso como uma situação, no mínimo, difícil de engolir. Se você for perceber, prestar atenção, todas as escolas de hoje, privadas e públicas, preparam para o vestibular, para o Enem. Não têm outra função, mas deveriam ter. Não é que eu seja a favor disso. Ela deveria educar, mas ela só faz, exclusivamente, mal e mal, preparar esse menino para fazer uma prova de vestibular.

Se está preparando o aluno em três etapas – primeiro, segundo e terceiro anos – e, no terceiro ano, ele tem condição de fazer esse teste no meio do ano, e, se conseguir passar, já está preparado para assumir esse processo. Eu sei de todo o processo, que é uma lei federal, mas impedir esses meninos de fazerem o vestibular, no meu entendimento, é ilegal. Deputado Prof. Reginaldo Veras, no meu entendimento, é ilegal. Não está na LDB.

Nós estamos fazendo um trabalho, um apelo para que ajudássemos. Três meninos já conseguiram liminar para fazerem a inscrição do vestibular. Já conseguiram na Justiça. Isso significa que há jurisprudência. Como os meninos da escola pública, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. é professor da escola pública –, não têm dinheiro para pagar os advogados, vão ficar de fora.

Então, eu gostaria de pedir apoio aos colegas para que nós, com os advogados que trabalham na Câmara, possamos patrocinar uma ação conjunta, um mandado de segurança coletivo para que esses meninos possam efetivamente prestar o vestibular como acontecia no passado, exatamente como acontecia no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

passado. Isso seria principalmente para os meninos da escola pública, dos quais é uma situação difícil tirar a esperança. Da forma como está o edital, eles não vão poder fazer o vestibular de novembro, do final do ano. Eles terão terminado o Ensino Médio e não poderão fazer o vestibular, Deputado Agaciel Maia. Eles terão que esperar até julho do ano que vem para poder fazer o vestibular – vão perder seis meses. Esse é o formato que está no edital do vestibular agora. Os meninos estão sem saber se vão poder fazer até o vestibular do final do ano. Para esse de agora, não fizeram a inscrição e agora estão para o final. Nós vamos trabalhar neste formato.

Eu queria fazer um apelo à Secretaria de Educação do Distrito Federal, ao Secretário Júlio Gregório, que tome um posicionamento em favor dos alunos da rede pública, que são os clientes dele. Nós estamos cansados de ver essas pessoas virem para o comando da Secretaria de Educação – e aconteceu muitas vezes – achando que sabem tudo. Quando chegam, fazem tudo sem ouvir a comunidade, fazem tudo de acordo com a experiência que têm. Às vezes, essa experiência é muito boa, mas não serve para o momento atual.

Eu faço um apelo para que possamos ouvir, ouvir a comunidade escolar do Distrito Federal na tomada de decisão estratégica de uma secretaria, a mais estratégica que o governo pode ter. Essa é a lógica de uma democracia participativa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Joe Valle. O Deputado Rafael Prudente vai fazer uso da palavra. O Deputado Dr. Michel também. Ele será o último.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Meu boa tarde a todos – senhores da imprensa, Sras. e Srs. Deputados e Sra. Presidente.

Eu ouvi alguns discursos aqui, principalmente o do nosso Líder do PMDB, Deputado Wellington Luiz. Além de reforçar tudo aquilo que ele disse com muita propriedade – e também o que disse o Deputado Bispo Renato Andrade –, afirmo que ninguém aqui neste plenário – muito menos o PDMB – é contra os bons projetos do governo. Quem aqui não quer ver o BRT Norte funcionando? Quem aqui não quer ver outras estações do Metrô também funcionando? Quem aqui não quer ver o VLT funcionando? Acho que todos querem. Todos querem ver as coisas acontecendo na nossa cidade. Nós somos contra, Deputado Wasny de Roure, é a precariedade da saúde. Somos contra o sucateamento que está acontecendo nos hospitais e nas escolas. Somos contra o calote que o governo quer dar no setor produtivo. Somos contra os problemas que os policiais militares têm enfrentado na área da saúde. Somos contra tudo aquilo que for ruim para a população do Distrito Federal.

Sobre o projeto do BNDES, vou listar aqui um item apenas para comprovar que o projeto não veio completo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Não é má vontade. É apenas a exigência para que as coisas venham corretas para esta Casa, como, por exemplo, o projeto do BNDES, do qual, hoje, tive que me abster da votação. No art. 82, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, diz que os projetos de lei que visam à autorização para a contratação de operação de crédito, interno ou externo, pelo GDF, devem ser acompanhados de – há seis itens aqui, eu vou citar apenas um que está no projeto: item 3 – documento que evidencia as condições contratuais.

Então, não é má vontade, é apenas o cumprimento da lei que é votada nesta Casa também.

Aproveito aqui a oportunidade para falar do PL 425, que vai ser alvo de votação, provavelmente na próxima terça-feira – se não me engano – na CEOF, da qual eu sou Vice-Presidente. Vou adiantar que há alguns erros naquele projeto. Estou dizendo isso para depois não dizerem que a Câmara Legislativa não quer aprovar um projeto que é bom para a população, que a coleta de lixo vai faltar ou vai faltar dinheiro porque a Câmara Legislativa não aprovou o crédito que deveria ser aprovado para pagar as empresas.

Quanto ao PL 425, ressalto que, mais uma vez, o Governo do Distrito Federal manda um projeto em regime emergencial e na própria exposição de motivos diz que tem recursos para pagar, para honrar os compromissos com as empresas até julho. Para que mandar um projeto emergencial para a Câmara se o governo tem recurso para pagar até julho? O segundo ponto é: ele pede um crédito de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais). Já foi dito aqui, com muita propriedade pelo Deputado Wellington Luiz, nosso Líder do bloco, que isso é uma inconsistência, porque nós estamos pedindo um empréstimo e o governo mesmo tira R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) do Metrô. Neste caso, não tem problema, porque está se fazendo uma aquisição maior de recursos. Retira R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), aproximadamente, em obras; retira R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) em obras, também, a mais da Novacap. Essas obras de infraestrutura seriam para o Porto Rico, onde eu tive a oportunidade de visitar alguns dias atrás e apontei alguns problemas – alguns, não, vários –; e para o Buritizinho. O dinheiro seria também para fazer obras no Mestre D'Armas, obras de infraestrutura em Arniqueiras, no Sol Nascente e no Pôr do Sol.

Além disso tudo, ele ainda pede R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais). Vamos fazer algumas análises aqui: estão previstos gastos de R\$ 142.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de reais) para cumprir as despesas com o serviço de limpeza urbana. Foram pagos em 2015, neste ano, R\$ 97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais). Isso do QDD. Tem ainda um saldo, na própria lei enviada pelo GDF para cá – eles mesmos colocam na mensagem –, de R\$ 79.000.000,00 (setenta e nove milhões de reais). Ou seja, fazendo as contas aqui, faltariam R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais). Ainda pede-se aqui, na própria mensagem, um acréscimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para fazer pagamentos do exercício anterior. Eu não entendi muito bem esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

20 milhões, porque o governo está armando um possível calote a todas as empresas e para as empresas de lixo, pede aqui, ainda, para pagar do exercício anterior, 20 milhões.

A pergunta é: qual o interesse do GDF em mandar um excesso de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais)? Porque de 87 para 165, há um excesso de 78 milhões para o SLU. Acho que esse crédito poderia ser mantido para as obras, para essas áreas mais carentes, para a educação, para a saúde que está precária também. Por que o GDF quer pagar esses 20 milhões para as empresas a quem estão devendo e essa dívida é do ano passado?

Eu me esqueci de falar de mais um problema do Projeto nº 425, de 2015. Foi votada nesta Casa, no final do ano passado, a Emenda à Lei Orgânica nº 85, de 2014, cujo art. 150, §§ 16 e 17 diz:

“§ 16. Ressalvado impedimento de ordem técnica ou jurídica, é obrigatória a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho incluídos por emendas individuais dos Deputados Distritais ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos que modifiquem a lei orçamentária anual: I – quando destinadas a investimentos, manutenção e desenvolvimento do ensino ou a ações e serviços públicos de saúde e infraestrutura urbana.

§ 17. Além da obrigatoriedade de execução prevista no § 16, os remanejamentos das emendas individuais somente podem ocorrer por manifestação expressa do autor.”

Eu estou aqui com um projeto enviado para esta Casa, o qual, infelizmente, faz o cancelamento de algumas emendas. Como podemos perceber também, isso vai contra a lei que foi votada nesta Casa no ano passado.

Então, eu quero pedir aqui, na presença dos Secretários de Governo, do Líder de Governo, do Deputado Agaciel Maia, que é o Presidente da nossa Comissão, que façam esses esclarecimentos e nos encaminhem, para depois não falarem que nós estamos querendo arrumar confusão e problema onde não há. Apenas estamos cumprindo o nosso papel de fiscalização. Que os projetos corretos sejam apreciados e os incorretos voltem e não sejam apreciados na velocidade que o Governo gostaria.

Sra. Presidente, era esse o meu pronunciamento. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rafael Prudente, obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de elogiar o discurso do Deputado Rafael Prudente no que diz respeito ao Projeto de Lei nº 425, de 2015, que trata de suplementação para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

SLU. O Deputado Rafael Prudente não só está correto como também o Governo tem que explicar porque aumentou de 212 milhões para 357. É bem verdade que, nesse recurso, o Governo teve que pagar, de dívidas do ano passado, um valor da ordem de vinte milhões. Portanto, há um crescimento significativo de previsão de um novo orçamento para o SLU. E, naturalmente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem que ter essas informações antes de apreciar uma ampliação considerável no orçamento para essa rubrica.

Portanto, parabeno o Deputado Rafael Prudente e complemento a sua fala com esse aditivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, obrigada.

Eu gostaria de fazer uma reconsideração, até porque eu não consegui receber por parte da Presidência na época que eu era Deputada de Oposição essa reconsideração. Mas eu acho que justiça tem que ser feita e sempre o caminho correto é o caminho que tem que prevalecer, mesmo que você não tenha recebido esse tratamento. Então, quero fazer uma reconsideração. Foi feita uma questão de ordem pelo PT sobre uma obstrução. E, naquele momento, orientada pela Assessoria de Plenário, nós tomamos uma decisão e não acatamos o pedido da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Mas, após uma análise profunda da minha assessoria, junto com o Willemann, que trouxe os elementos fundamentais para demonstrar a legalidade do pedido de reconsideração, decidi fazer esta reconsideração: “Reconsideração da orientação dada em plenário para se contar, para efeitos de quórum, a presença de Deputados cujo Líder declarou obstrução.

Na sessão plenária do dia 8 de abril de 2015, foi informado aos Deputados que a obstrução presente em plenário não retira o quórum.

Entretanto, reconsidero a orientação dada naquela sessão para aceitar a solicitação inicialmente formulada pelo Deputado Chico Vigilante e editar a seguinte decisão em questão de ordem, que será publicada no Diário da Câmara Legislativa, para atender às finalidades do art. 126, § 8º, do Regimento Interno.”

Então, quero deixar bem claro que esta Presidência reconsiderou e fez esclarecimento das dúvidas. Ou seja, o Deputado pode estar no plenário, estar obstruindo e não contar para efeito de *quorum*. Apesar de não ter recebido este tratamento quando fui Deputada de Oposição, acho que devo fazê-lo como uma justa deferência aos colegas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa. Não foi na gestão de V.Exa., não, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Ah, bom, porque, na nossa gestão, ocorreu o mesmo fato e foi dada a mesma interpretação que V.Exa. está dando neste momento. Isso já tinha ocorrido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu tenho até a data. Não foi na gestão de V.Exa. Foi em 2011.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – A minha própria assessoria me lembrou de que, na minha gestão, houve realmente o mesmo fato e foi dada a interpretação que V.Exa. está dando neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A assessoria está me orientando para ler a questão de ordem.

Questão de Ordem nº 1, de 2005: “Declara que a obstrução impede o cômputo da presença em plenário de Deputados para efeito de quórum.

I – Com bases nos arts. 109, § 8º, 185 e 194, II, do Regimento Interno, declaro que não é computada para efeito de quórum a presença em plenário do Deputado cujo partido ou bloco parlamentar declarar-se em obstrução (...)

II – No caso das reuniões das Comissões, cada membro individualmente pode declarar-se em obstrução, não sendo sua presença computada para efeito de quórum.”

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, agradeço e cumprimento V.Exa. Não teria como ser diferente. V.Exa. realmente faz a diferença nesta Casa, nesta Presidência.

Eu venho aqui para falar de dois fatos. Primeiro, eu venho aqui plagiar a minha mãezona nesta Casa, que é a Deputada Luzia de Paula, que gosta de um sertanejo. E tem uma música sertaneja que diz o seguinte: “Mundo velho está danado. Quem não for filho de Deus está na unha do capeta.” E eu digo a V.Exas.: nós somos filhos de Deus, mas estamos na unha do capeta, porque o que está acontecendo nesta cidade, eu nunca vi em outro lugar nesse mundo. Pasmé, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Policial sendo sequestrado! Eu nunca vi isso na minha vida. Estão matando policiais. Já não bastava matar o cidadão de bem. Agora estão matando policiais. E agora estão sequestrando policiais também! Nesta semana agora, um policial foi sequestrado, levado para o cativoiro, torturado, torturado por bandido! O que falta acontecer neste País? O que falta acontecer?

Eu venho dizendo: essa coisa está chegando perto. Todo mundo está duvidando. Já começou com o cidadão. Estão pegando policiais e matando-os. Estão sequestrando policiais. Daqui a pouco, isso passa para os políticos, passa para os juízes, passa para governador, e aí se perde a estribeira como um todo. Eu não sei aonde vai parar um trem desses.

Eu conclamo meus pares aqui: façamos aquela moção. Quem não quiser assinar não assine. Quem é a favor desse diabo dessa maioria aos 18 anos que fique com ela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Sra. Presidente, eu peço a V.Exa. veementemente: ajude-me, olhe só um pouquinho aqui, pelo amor de Jesus. Aquela moção que eu apresentei para que nós pudéssemos apoiar o projeto que diminui a menoridade, quem quiser... Se não quiser, pelo menos passe aqui, que eu assino sozinho.

Ninguém aguenta mais. E aí falam que menor tem que ir para escola. Tem que ir para a escola, mas os que querem. Menor que não quiser ir para a escola e que está cometendo crime tem que ir é para a cadeia. Esse papo de ato infracional, de ato análogo a ato infracional, essa história de que não pode ser preso, isso é tudo falácia. Eles cometem crimes, então tem que ser presos. Bandido não tem que estar solto. A polícia está enxugando gelo todos os dias.

Eu não sei nem onde está essa moção, mas temos que fazê-la para apoiar um deputado federal que quer diminuir essa menoridade, que o povo quer. Não é nem ele, é o povo que quer. E ficamos aí enxugando gelo.

Então, Sra. Presidente, eu estou muito preocupado, porque – pense nisto – o homem que foi designado para nos dar segurança foi sequestrado. Vão sequestrar quem mais agora se a própria polícia está sendo sequestrada, se a própria polícia está sendo morta? O que é que falta acontecer nessa Brasília de meu Deus?

Eu vou dizer, Sra. Presidente: cacete não é santo, mas faz milagre. Tem que chegar com um cacete nesses vagabundos, porque ninguém aguenta mais, não. Se não for assim... Deputado Bispo Renato, pode botar a mão na cadeia e orar para Deus mesmo. Não tem problema, não, porque só Deus nessa causa, não existe outro ser que possa resolver o problema. O cidadão de bem está acuado, o cidadão de bem está preso, e o bandido está solto. E nós, representantes do povo, olhando.

Sra. Presidente, V.Exa. gosta de música. Nós estamos, como diz uma música de Raul Seixas, “com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar.” E a morte está chegando. Se um policial morreu, falta morrer quem mais? Um político? Um parente de político?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Um policial e político?

DEPUTADO DR. MICHEL – Se for policial e político, aí desgraçou tudo mesmo. Aí é policial e político. Mas eu não. V.Exa. também é. Se tiver quer ir, vai V.Exa. primeiro.

Agora, o que não dá é continuarmos dessa forma. Nós temos aqui um representante da Advocacia-Geral da União, nós temos um promotor, nós temos um agente de polícia, nós temos um delegado aposentado, que é igual a cobra sem veneno: pica, mas não mata. Não se aguenta mais essa situação. É deste jeito, Deputado Raimundo Ribeiro: vai, mas volta. É desse tipo. Agora, não dá. Não dá.

Eu preciso, ainda, Sra. Presidenta, pedir a V.Exa.: ajude-me, ajude-me! Meu Buritizinho, cidade que eu amo tanto, Sra. Presidenta. Ajude-me! Estão querendo tirar o dinheirinho de lá, para fazer o asfalto do Buritizinho. Não deixe, não, Sra. Presidenta! Temos que botar asfalto, temos que botar infraestrutura para aquele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

povo. Aquele povo está pisando na lama, está pisando na poeira, e nada fazemos! E ainda o dinheirinho que se tem para fazer, pelo qual nós lutamos aqui, querem tirar.

Marcão, não deixe, não! Você é uma pessoa boa, você é uma pessoa do povo, você é Presidente do PSB, Marcão! Você é Secretário Institucional! Não deixe tirarem o dinheiro, não, Marcão! Aquele povo precisa, Marcão. Aquele povo está sofrendo. É na lama, é no chão, é na poeira.

O Governador Rollemberg, o Rodrigoão, é socialista, ele quer ver o povo bem.

Deputado Ricardo Vale, V.Exa. acabou de chegar de Cuba. O povo lá está sofrendo, porque tem o embargo dos Estados Unidos. Não vamos deixar fazerem esse embargo lá no Buritizinho, não! Pelo amor de Jesus, ajudem-me! Ricardo, você precisa visitar o Buritizinho, para não deixar acontecer o que acontece em Cuba. Se tirarem esse dinheiro da infraestrutura, do asfalto no Buritizinho, não sei o que vai ser daquele povo. Eu já não aguento mais ver aquele sofrimento. Eu vou lá diuturnamente e vejo o sofrimento daquele povo. Sem falar no 26 de Setembro.

Sra. Presidenta, desafio todos aqui a fazermos uma comissão e irmos ao 26 de Setembro, para ver a situação. Onde o povo está precisando, os Deputados têm que estar. Deputado tem que estar lá.

Peço desculpas ao nosso bispo e ao nosso pastor, porque eu disse que não ia demorar, mas é porque são assuntos empolgantes. São assuntos que nos empolgam quando subimos nesta tribuna, porque o povo está sofrendo. E onde o povo está sofrendo, temos que estar presentes. Temos que estar onde o povo está. É o que diz a música também. A nossa Deputada vai fazer agora um evento para os músicos. Onde o povo está, temos que estar. Vejam que rimou.

E nós estaremos lá no 26 de Setembro, para ver a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, eu sei que esse agradecimento de V.Exa. é para eu terminar a minha fala. Termino as minhas palavras dizendo a V.Exa.: sinto-me lisonjeado em tê-la como Presidenta desta Casa, principalmente quando vejo a sua demonstração de democracia ao voltar atrás – é uma redundância, porque voltar para frente não tem jeito – em uma situação que deixou todos aqui atônitos. V.Exa. resolveu a questão com muita maestria. Não poderíamos pensar diferentemente de uma pessoa com as suas qualificações.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Quero, nesta tarde, gente, expressar a minha insatisfação com o posicionamento do Sindicato dos Professores e de todos aqueles



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

que, de maneira equivocada e arbitrária, tentam distorcer ideias e a proposta para mostrar algo que não existe.

Estou aqui, nesta tarde, para falar a respeito do projeto Escola sem Partido, uma iniciativa que quer apenas, Deputados, garantir que os nossos estudantes não sofram com a doutrinação político-partidária. Vejam bem, eu vou repetir: doutrinação político-partidária!

Desde sexta-feira passada, o Sinpro tem disparado ataques pessoais a mim, transformando-me em uma Parlamentar que persegue professores. Isso não é verdade. Eu não aceito isso! O Sinpro tem dito que eu tenho colocado mordaca em professores, que quero retornar à censura, à ditadura. Um monte de alegações infundadas, mentirosas! Estão me usando para um jogo mentiroso, com interesse de um grupo bastante específico, que sei bem quem é.

Quero desafiar qualquer um a encontrar, neste projeto Escola sem Partido, algo que agrida a democracia, a cidadania e até mesmo a Constituição Federal. Aliás, todo o projeto é construído com base constitucional fortes e sólidas.

Cito até, Deputado Agaciel Maia, o art. 206 da Constituição Federal, que garante a liberdade de aprender. Nós não podemos induzir os estudantes ao conceito unilateral – ele tem liberdade de aprender –, que apresentou apenas uma linha de raciocínio. E alguns professores não fazem isso! Não dá para negar a conduta de alguns professores em sala de aula.

Eu gostaria de questionar as palavras do Deputado Prof. Israel, um Deputado que eu gosto muito. S.Exa. disse que os professores têm um papel libertador na vida do estudante. Eu gostaria, então, de perguntar ao Deputado Prof. Israel qual é a função dos pais na vida dos filhos? Será que os pais estão fora de moda? Quer dizer que os estudantes estão aprisionados pela convivência familiar? Os pais aprisionam os filhos e os professores libertam? Quer dizer que o único espaço de libertação dos filhos é dentro das escolas? O espaço familiar é um espaço aprisionador?

Vejam bem, estamos invertendo as coisas! A família é base sólida da sociedade e não pode ser colocada em segundo plano. O projeto Escola Sem Partido não quer deixar que os interesses particulares e partidários se sobressaiam aos interesses da família e da população do Distrito Federal.

Tentam distorcer a ideia principal do texto, mas não vão conseguir, porque basta uma leitura rasa do projeto para se verificar qual é a proposta. Destaco aqui alguns princípios constitucionais que o projeto defende, e queremos que eles estejam dentro da sala de aula:

- 1º neutralidade política partidária;
- 2º pluralismo de ideias;
- 3º liberdade de aprender e de crença;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

4º garantia dos direitos dos pais e das famílias;

5º reconhecimento da vulnerabilidade do educando.

Tenho consciência da importância do debate dentro das escolas. De debates sobre temas plurais, voltados aos deveres civis, políticos e sociais. Isso se chama cidadania.

Não vamos deixar que esses temas sejam tratados sob a visão de determinadas linhas partidárias. Isso não é democracia. Não é cidadania. Não podemos permitir que alguns utilizem essa prerrogativa para doutrinar crianças e adolescentes. Aí eu digo, sim, que é aprisionamento dentro de um ambiente cativo, que é dentro da sala de aula.

Diferentemente de outros, que apenas querem impor essas ideias goela abaixo, eu quero debater, sim! Um debate amplo com todos: com a família, com professores, sindicatos, sociedade civil e autoridades.

Eu gostaria de convidar todos para, no dia 25 de maio, fazerem parte da audiência pública em que iremos falar sobre o assunto.

Deputada Luzia de Paula, precisamos debater o tema. O que não se pode é deixar baixar goela abaixo esse tipo de situação e de manipulação com essas doutrinações, dentro de sala de aula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. Boa tarde.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas lembrar, porque a Deputada não estava no plenário naquele momento, que, na verdade, o Deputado Prof. Israel trouxe à discussão... quer dizer, tirou da Comissão e trouxe ao Plenário... Acho que é importante e aponte – fiz questão de me manifestar – a importância de trazermos à discussão esse tema. É inegável que houve um decréscimo no processo educacional brasileiro nos últimos anos, e precisamos identificar os fatores. Digo isso porque, lá atrás, na idade própria, tive a oportunidade de frequentar os bancos escolares. Eu digo, com muita tranquilidade: o ensino que era ministrado naquela época, sem algumas deturpações que podem estar acontecendo hoje, realmente trazia um benefício muito maior à cidadania brasileira.

Então, apenas para esclarecer, Deputada: o grande mérito, num primeiro momento, sem adentrar a forma do projeto de V.Exa., é que joga luz sobre um tema que as pessoas têm receio de enfrentar. Nós não temos de ter receio de enfrentar, não! O debate traz a luz. É importante que façamos esse debate porque existem coisas erradas, sim, em sala de aula. Eu falo com muita tranquilidade porque exerci, por muito tempo, o magistério.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Era isso. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, senhores da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, quero primeiramente fazer lembrança, alusão ao aniversário da Região Administrativa do Guará, durante esta semana. Inclusive a Deputada Liliane Roriz foi autora do requerimento para comemoração do aniversário do Guará. Salvo engano, são 46 anos que aquela cidade está comemorando.

A cidade precisa de muita coisa, Deputado Ricardo Vale. Precisa de infraestrutura, obviamente já é uma cidade estruturada, mas precisa da manutenção das vias públicas, principalmente a questão de mobilidade urbana, no Guará, precisa melhorar. Nós temos no Guará duas estações do metrô que ficam distantes da população. Então, precisamos aumentar a quantidade de linhas de ônibus internamente no Guará, mas não só lá, como também no Lúcio Costa e no SIA.

Quero também falar sobre a pauta que o Deputado Prof. Israel trouxe hoje, um tema de muita relevância sobre a educação, um projeto que foi apresentado aqui pela Deputada Sandra Faraj – eu também apresentei um projeto semelhante chamado Projeto Escola Sem Partido.

Quero deixar claro que esse projeto não tem, primeiro, a finalidade de tolher a emissão de opinião de ninguém, seja professor, educador, ou quem estiver em sala de aula. A única coisa com que temos de tomar um pouco de cuidado – os professores, eu também dei aula –, principalmente no processo de formação das crianças e dos adolescentes do Distrito Federal, é que, muitas vezes, o professor é uma referência para o aluno. Eu falo isso porque eu tive na minha vida um professor de Matemática que foi referência para mim. Muitas vezes, os conceitos e valores que o professor coloca como referência acabam se tornando verdade na vida de uma criança e de um adolescente.

Por que falo isso? Hoje vivemos numa sociedade em que algumas famílias estão destruídas, estão esfaceladas. Há ausência do pai, da mãe em alguns casos. Quantas crianças e adolescentes foram criados por mãe solteira? Eu fui um adolescente criado por mãe solteira. Muitas vezes, a falta, a ausência – não estou querendo dizer que isso seja a totalidade, que todos sejam assim – do pai ou da mãe faz com que o adolescente, com que o ser humano busque outra referência, seja ela masculina ou feminina. Obviamente essa referência é aquele que produz o saber. Muitas vezes, o professor se torna a referência na formação de conceitos, valores e, acima de tudo, também na questão de conceituações políticas e ideológicas.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras falou da audiência pública, o Deputado Raimundo Ribeiro falou que a audiência pública vai trazer luz. Eu acredito que nós podemos melhorar o projeto porque vamos discuti-lo aqui, na minha avaliação, nos próximos dias. O Deputado Prof. Reginaldo Veras convocou a audiência pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Para mim, Deputado Prof. Reginaldo Veras, um dos projetos mais importantes que vamos discutir nesta Casa é o Plano Distrital de Educação, é o plano decenal, é o legado que vamos deixar para as próximas gerações. A minha filha, que tem oito anos, vai entrar nesse plano decenal. O meu filho, que ainda não nasceu – minha esposa está grávida de um menino –, vai entrar nesse plano decenal. É o legado que a Câmara Legislativa vai deixar.

Eu acredito que essas audiências públicas que vamos realizar vão melhorar o projeto. Para sermos ousados, para deixarmos a marca e colocarmos o Distrito Federal novamente no topo da educação deste País. Eu me lembro de quando, há quatorze anos, o Distrito Federal ousou universalizar o atendimento para criança de seis anos. E hoje isso é lei no Plano Nacional de Educação.

Voltando ao Projeto Escola sem Partido, o objetivo é – e aí não estou dizendo que são todos que fazem isto; na realidade, nós temos professores fantásticos que exercem a sua profissão – não poderemos usar a sala de aula como palanque de formação ideológica. A sala de aula deve ser, sim, um campo de espaço democrático, no qual todas as diferenças, as divergências venham a ser valorizadas.

Os livros de História precisam, Deputado Prof. Reginaldo Veras, relatar a verdade da história do nosso País. Muitas vezes, nós pegamos livros de História que omitem alguns pontos. Por exemplo, quero citar a luta do Partido dos Trabalhadores na sua fundação, porque, muitas vezes, os livros não a colocam; por exemplo, a luta pela redemocratização do País. Colocam-na *en passant*.

Tenho certeza de que esse debate em relação ao Programa Escola sem Partido e ao Plano Distrital de Educação deve ser o principal marco desta Casa para que possamos deixar um legado para as nossas famílias, para as nossas crianças, para os nossos adolescentes e acredito, acima de tudo, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Prof. Israel, vocês que são professores, o Plano Distrital de Educação deverá ter como mote, com foco no aluno. E o professor tem que ser valorizado, principalmente, na formação dos alunos.

Para finalizar, quero reafirmar que tenho certeza de que o Programa Escola sem Partido não serve para tolher pensamentos, mas para que não aconteça formação ideológica e que todos os pensamentos ideológicos sejam respeitados dentro de sala de aula.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada Deputado Rodrigo Delmasso.

Não havendo mais Deputados para falar, esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos Itens n.º 1 a 108, relativos aos vetos da pauta da Ordem do Dia e às demais proposições e itens extrapauta.

Não há manifestação contrária.

Dá-se início à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 352, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera os art. 1º e 2º da Lei 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos”.

Esta Presidência informa que a devida aprovação na CEOF, na forma do substitutivo, acrescenta alternativamente a contratação de operação com a Caixa Econômica Federal.

Aprovado na CEOF na forma do substitutivo.

A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e sobre o substitutivo.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e o substitutivo.

Deputado Wellington Luiz, esta Presidência consulta V.Exa. se o substitutivo de vocês teve acordo com o Governo ou vamos ter que analisá-lo novamente, porque teremos que retorná-lo à CEOF e, se realmente não houver acordo, teremos que construí-lo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, em nome do consenso e em nome da construção, acho que está havendo boa vontade, e a Presidência tem dado espaço, inclusive, para produzirmos uma construção melhor. Portanto, vamos retirar esse substitutivo e aprovar o que já está em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada Deputado Wellington Luiz.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



PARECER Nº , DE 2015

(Do Senhor Deputado Bispo Renato Andrade)

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 352/2015, que "Altera os arts. 1º e 2º da Lei 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos"

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Bispo Renato Andrade

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 352/2015. De autoria do Poder Executivo, a proposição altera a Lei nº 5.002/2012, que autoriza a contratação de operação de crédito com o BNDES para o financiamento de obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT.

cl

Em síntese, o projeto de lei ora em análise amplia a possibilidade de contratação de operação de crédito também junto à Caixa Econômica Federal e inclui, como alternativa à garantia da União Federal, parte da arrecadação do ICMS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Na apreciação efetuada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, deliberou-se pela admissibilidade e aprovação do projeto, na forma da redação do substitutivo apresentado, rejeitando-se a emenda nº 01, de autoria da Deputada Sandra Faraj.

O substitutivo aprovado na CEOF restringiu a possibilidade de contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal aos seguintes empreendimentos:

- implantação do Corredor Eixo Norte – Implantação de Sistema de Transporte BRT (*Bus Rapid Transit*) com operação por controle operacional inteligente;
- aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT;
- aquisição de material rodante para a Linha 1 do Metrô-DF;
- implantação de estações do Metrô-DF na Asa Sul – 104, 106 e 110 Sul.

No mais, o substitutivo efetuou apenas correções redacionais.

O Poder Executivo solicitou tramitação da matéria em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

É o relatório.

II – VOTO

Nos termos do art. 63, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa:

"Art. 63. Compete à Comissão de Constituição e Justiça:

I – examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação;"

Observa-se que a iniciativa do Projeto de Lei nº 352/2015 é do Poder Executivo, atendendo-se, destarte, ao que determina o art. 71 da Lei Orgânica do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Distrito Federal. Quanto ao substitutivo aprovado na CEOF, vê-se que, substancialmente, apenas restringe a possibilidade de contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, prevista na redação original do projeto, a determinados empreendimentos relacionados à mobilidade urbana distrital. Não há, portanto, vício de iniciativa.

A matéria tratada no projeto e substitutivo pode e deve ser submetida à Câmara Legislativa, alinhando-se, assim, ao disposto no art. 58, II, da Lei Orgânica.

Quanto ao instrumento legislativo utilizado, projeto de lei, também há correção, haja vista a matéria nele versada não demandar normatização mediante emenda à Lei Orgânica ou lei complementar. Cumpre-se, portanto, o inciso III do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 13/1996.

Verifica-se, ainda, que a matéria ora sob análise demanda tramitação em regime de urgência, pois a mobilidade urbana distrital merece atenção imediata.

Quanto à tramitação nesta Casa Legislativa, também há correção, haja vista a proposição ter sido distribuída às comissões pertinentes (CEOF e CCJ), na ordem correta, não se vislumbrando, portanto, violação no que atine às regras processuais legislativas.

No tocante ao cumprimento da legislação federal relacionada à matéria do projeto e seu substitutivo, em especial das Resoluções nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, houve observância, conforme exposição de motivos apresentada junto com o projeto.

Acerca especificamente da possibilidade, prevista no projeto e seu substitutivo, de oferecimento de parte da arrecadação do ICMS como alternativa à garantia da União Federal, há respaldo no § 4º do art. 167 da Constituição Federal.

Apenas pequenas correções, de caráter redacional, merecem ser feitas no substitutivo aprovado pela CEOF, mais precisamente na sua ementa. Primeiramente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



coloca-se o termo “nº” no seu devido lugar. Ademais, passa-se para o plural o termo “operação”, para adequação à ementa da Lei nº 5.002/2012. Por fim, insere-se, mediante a emenda em anexo, o artigo “a” antes da expressão “aquisição de material rodante”, a fim de se adequar a redação, também, à da ementa da Lei nº 5.002/2012.

Em conclusão, o voto é pela admissibilidade do substitutivo ao Projeto de Lei nº 352/2015, na forma da emenda de redação ora proposta.

Sala das Sessões, em ...


Deputado Bispo Renato Andrade
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



EMENDA Nº , DE 2015 (DE REDAÇÃO)

(Do Senhor Deputado Bispo Renato Andrade)

**Ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº
352/2015**

Dê-se à ementa do substitutivo ao Projeto de Lei nº 352/2015 a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e a aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre trilhos’”

Sala das Sessões, em de de 2015.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

PR/DF



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 352, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós fizemos essa discussão na nossa comissão, na manhã de hoje, e eu quero trazê-la aqui para o plenário.

Nós estamos, simplesmente – apesar de estarmos votando o substitutivo, Deputado Julio Cesar –, fazendo um aditamento à Lei nº 5.002, que foi aprovada por esta Casa em 2012. Parece-me que o Relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi o mesmo, naquela ocasião.

Esse projeto vem dar desdobramento a um anterior, que foi um dos carros-chefes do Governo Agnelo, a reestruturação do sistema de transporte.

Eu, inclusive, na comissão, recuperei hoje, à memória dos colegas, que foi nesse processo que fizemos a maior licitação daquela época, a licitação da reestruturação dos ônibus aqui no Distrito Federal. Foi algo inédito, porque tínhamos contratos há muitos e muitos anos. Apenas no Governo Cristovam havíamos feito uma espécie de pequeno PAC, com a licitação de todo o sistema de transporte em Brasília.

No modelo de cinco bacias, foi possível fazer uma reestruturação, Deputado Juarezão, em que nós colocamos para transitar no sistema viário de Brasília uma rede, parece-me – Deputado Chico Vigilante, ajude-me a lembrar –, de algo em torno de 2.600 novos veículos. Isso foi algo inédito no governo anterior, assim como na história política do transporte no Distrito Federal.

Hoje, nós estamos votando o projeto que foi aprovado no BNDES e na Caixa Econômica Federal, para dar continuidade ao Eixo Norte. Eixo Norte significa a reestruturação da Ponte do Braguito, a duplicação do sistema viário até o Balão do Colorado e, depois, de Sobradinho a Planaltina. Essa é uma luta antiga do Deputado Cláudio Abrantes nesta Casa, uma luta extremamente relevante. Estamos propondo a melhoria das instalações em três estações do metrô, como também prevendo dez novos trens – os trens de Brasília são da origem do metrô –, além do próprio VLT. Portanto, é algo extremamente relevante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Eu considero um resgate da contribuição do governo Agnelo para o Distrito Federal numa das questões cruciais, que é o transporte. É fácil criticar. É muito fácil criticar. Na hora em que se vai construir é que se vê a dificuldade, até na apresentação de um projeto, pois, para ele ter condições plenas de ser apreciado neste plenário, precisou-se fazer um substitutivo.

Eu quero aqui resgatar isso, porque foi um trabalho árduo, que começou com a votação do Plano Diretor de Transporte para esta cidade, e agora se está dando continuidade àquilo que foi trabalhado de maneira tão árdua e tão difícil.

Por isso eu não tive nenhuma dificuldade, Deputada Celina Leão, em dar tratamento a esse projeto que eu considero extremamente importante, até porque em tempos em que a Presidenta Dilma é tão criticada na cidade, é bom recuperar de onde veio o Parque da Mobilidade e de onde vieram os empréstimos do BNDES e, agora, da Caixa Econômica Federal.

É esse momento que demonstra qual é a diferença, qual é o projeto e qual é a contribuição, quando muitos governantes – como nós tivemos na época do Fundo Constitucional – deixaram para sancionar no seu último dia de governo uma lei; quando foi oito anos presidente, deixou, exatamente, para um simples operário, que foi o Presidente Lula, implantar o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e srs. Deputados, quero apenas destacar a importância de, em 2012, nós termos tido a oportunidade de relatar essa matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e agora, novamente, com os ajustes solicitados pelo Governo, Deputado Chico Leite. Esperamos, agora, a conclusão dessas obras para que possamos, realmente, atestar que o transporte moderno é o transporte sobre trilhos. Você vai a qualquer capital mundial e você vai ver a importância que isso tem.

Quero agradecer em especial por esse processo estar desde o início de abril aqui. Quero destacar principalmente os membros da Comissão – Deputado Prof. Israel, Deputado Rafael Prudente, o Julio –, e em especial o Deputado Wasny de Roure. Nós sabemos que o Deputado Wasny de Roure é economista, é um especialista, está com uma assessoria muito boa. O pessoal esmiuçou, indagou, quer dizer, foi uma coisa que, quando chegou ao plenário, estava devidamente esclarecida em todos os aspectos.

E também quero destacar o papel importante, na reunião de Líderes, do Deputado Chico Vigilante de entender essa política de transporte. E também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

ressaltamos que isso começou no governo anterior. Tanto o papel do Deputado Chico Vigilante, como Líder do PT, como também do Deputado Wellington Luiz, que, apesar de levantar uma série de questões, abriu mão de ir para as minúcias e decidiu apoiar a matéria por ser um projeto bom para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Portanto, Sra. Presidenta, na discussão desse projeto, esses eram os aspectos que eu gostaria de destacar, especialmente os Deputados que colaboraram para que esse projeto chegasse agora à votação no plenário.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só queria pedir aos Deputados para agilizarmos a discussão, porque a Deputada Luzia de Paula tem uma sessão agora às 19 horas e o pessoal já está na porta aguardando.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu acho importante fazermos um registro. O Deputado Wasny de Roure já falou aqui e o Deputado Agaciel Maia.

Na verdade, esse projeto, quando chegou aqui no começo de abril, da maneira que ele foi escrito e do jeito que ele veio do Palácio do Buriti, ele estava abrindo mão da captação de 300 bilhões de reais. Fomos nós da Oposição que alertamos isso. E aí, louve-se o trabalho feito pela nossa assessoria, da liderança do Partido dos Trabalhadores, na pessoa do Willemann, que é um dos técnicos mais gabaritados e mais sérios desta Casa.

Portanto, foi o nosso alerta que fez com que o projeto fosse reescrito e pudesse chegar a esse ponto que chegou.

Agora é importante que, quando o governo for anunciar que está captando recursos, não faça como fez agora com o empréstimo do Banco do Brasil, que ficou todo pronto. Estava pronto só para assinar. Portanto, o trabalho do Governador Rollemberg foi só o de assinar. Na verdade, se quisesse, ele o teria assinado no primeiro dia.

Agora fica assim: “Em cem dias, em um mês, captei 500 milhões do Banco do Brasil”. Na verdade, deixou tudo pronto. Então, é importante reconhecer o que foi feito pelos outros também, porque os governos são passageiros, o Estado continua existindo.

Portanto, é fundamental a gente colocar esses pontos, que são a questão do reconhecimento de quem fez, de quem se preparou efetivamente com qualidade de vida para essa população e que não estava preocupado somente com a próxima eleição. Estava preocupado efetivamente com o bem-estar e com a cidadania do nosso povo, porque cidadania é água tratada, é transporte, é educação, é saúde, é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 05 2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

segurança, é moradia. Isso é cidadania, não adianta falar para o povo que não tem nada disso que vive com cidadania, porque não vive.

Portanto, é importante a gente pontuar isso daí, que fique claro, mas é bom dizer também que essa é uma autorização para que o governo elabore os projetos de captação de recursos, e aí tem que ser bem feito, porque quando ele chega na Caixa Econômica e no BNDES, eles vão analisar a qualidade do projeto, e portanto é fundamental que façam bem feito para poder ter a possibilidade efetiva de trazer esse recurso. Nós estamos autorizando, mas não está o recurso liberado ainda.

Por último, Sra. Presidente, quero fazer um registro rápido, que é o do aniversário de uma pessoa por quem todos nós aqui temos um profundo respeito, que é o Marcelinho aqui da liderança da Mesa. O Marcelinho está aniversariando hoje, e quero aqui, em meu nome, creio que no de todos os Deputados, parabenizá-lo pelo seu aniversário e que você continue sendo efetivamente esse profissional sério, capaz e competente que você é. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante, excelente ponderação lembrar do aniversário do Marcelinho aqui. O Marcelinho ficou vermelhinho, Chico. Olha lá. Até sentou ali, até se escondeu.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade para retificar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que estava incompleto.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, eu só quero mesmo ratificar o nosso voto pela admissibilidade do projeto nº 352, de 2015, na forma do substitutivo e da subemenda que foi apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o Projeto de Lei nº 352, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 17 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 352, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e aquisição de material rodante para o veículo leve sobre trilhos”, bem como apreciação em bloco dos itens nºs 116 a 146.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05	05	2015	16h33min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h58min.)